

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETIVO DO INSTRUMENTO:

1.1. O presente TERMO DE REFERÊNCIA foi elaborado a partir da viabilidade técnica e econômica conferida pelo competente Estudo Técnico Preliminar (ETP), com o objetivo de oferecer o conjunto de especificações capazes de propiciar a avaliação dos custos envolvidos com a eventual contratação do objeto em tela.

2. DO OBJETO LICITADO:

2.1 REGISTRO DE PREÇOS para eventual e futura contratação de empresa especializada na prestação **SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA (CBUQ) E EXECUÇÃO DE TAPA-BURACOS NO MUNICÍPIO DE CABO FRIO/RJ**, através do Sistema de Registro de Preços - SRP.

3. DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:

- 3.1** Considerando o desgaste natural das vias pavimentadas do município, decorrente do envelhecimento dos materiais, da ação climática e do tráfego contínuo de veículos, faz-se necessária a execução permanente de serviços de manutenção e conservação da malha viária urbana.
- 3.2** Compete ao Município organizar e prestar diretamente os serviços públicos de interesse local, nos termos do art. 30, inciso V, da Constituição Federal, incluindo a manutenção da infraestrutura viária e da pavimentação urbana.
- 3.3** A manutenção da pavimentação asfáltica constitui serviço essencial de engenharia, destinado à preservação do patrimônio público, à segurança dos usuários e à garantia da mobilidade urbana.
- 3.4** A deterioração progressiva do pavimento, evidenciada por trincas, panelas, deformações e perda de regularidade superficial, compromete as condições de trafegabilidade, aumenta o risco de acidentes e eleva os custos futuros de recuperação estrutural das vias.
- 3.5** A execução sistemática de serviços de fresagem, recomposição de revestimento asfáltico, tapa-buracos e recapeamento contribui para o prolongamento da vida útil do pavimento e para a redução de intervenções emergenciais.
- 3.6** A adequada conservação da malha viária promove melhorias na mobilidade urbana, no transporte público, no escoamento da produção local e no acesso da população aos serviços

essenciais, refletindo diretamente na qualidade de vida e no desenvolvimento econômico do município.

- 3.7** Diante da demanda contínua por intervenções na pavimentação asfáltica e da necessidade de padronização das contratações, a elaboração deste Termo de Referência visa garantir maior eficiência na aplicação dos recursos públicos e assegurar a manutenção adequada da infraestrutura viária municipal.

4. ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS DO OBJETO

- 4.1** As especificações dos serviços a serem prestados encontram-se detalhadas no Anexo deste Termo de Referência.
- 4.2** Os serviços serão prestados dentro do limite do município conforme tabela anexo.

5. PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

- 5.1** O Plano de Contratação Anual (PCA) da COMSERCAF, divulgado no Diário Oficial, edição 869, caderno 1, ano IV, datado de 6 de fevereiro de 2024, bem como no portal institucional da COMSERCAF¹ ressalta a importância estratégica de priorizar determinadas contratações para o bom funcionamento dos serviços prestados por esta Autarquia. Entre essas prioridades, destaca-se a necessidade de garantir o suprimento contínuo de materiais essenciais para as operações da instituição.
- 5.2** O Plano de Contratação Anual (PCA) da COMSERCAF, item nº48, especificamente relacionada a reformas, construção de quadras, praças, logradouros e patrimônio histórico foi identificada como uma das áreas de médio impacto para a manutenção da funcionalidade dos setores, inclusive no que diz respeito ao atendimento ao público.
- 5.3** Este item, classificado como de natureza de serviço, figura como uma das prioridades media do PCA, refletindo a necessidade crítica de manter padrões adequados de qualidade e conformidade nos materiais de construção utilizados nos projetos da COMSERCAF. A previsão orçamentária para a contratação da empresa especializada será realizada em conformidade com as disposições da Lei Federal nº 14.133/21, suas legislações complementares e as normas internas da Administração Pública do Município de Cabo Frio.

5.4 De acordo com a Portaria nº 448, de 13 de setembro de 2002 emitida pela Secretaria de Fazenda do Município, a despesa referente a essa contratação será prevista nas seguintes dotações orçamentárias:

- a) Dotação Orçamentária: 18.452.0027.2211**
- b) Natureza da Despesa: 3.3.90.39.00.00**
- c) Fonte de Recursos: 1704**
- d) Ficha: 1326**

6. ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA PARA EXECUÇÃO DO OBJETO:

6.1. ESCOPO DOS SERVIÇOS:

Os serviços serão executados nos locais indicados pela Contratante, mediante Ordem de Serviço, e deverão seguir rigorosamente as especificações e os detalhes de execução previstos neste documento, bem como os materiais empregados deverão ter qualidade comprovada e obedecer às especificações contidas neste documento, nas normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), bem como do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), especificamente as normas:

- NBR 12948:1993 – Materiais para Concreto Betuminoso Usinado a Quente;
- NBR 12949:1993 – Concreto Betuminoso Usinado a Quente;
- NBR 12950:1993 – Execução de imprimação impermeabilizante;
- NBR 12951:1993 – Execução de imprimação ligante;
- DNIT 100/2018 – ES – Obras Complementares – Segurança no Tráfego Rodoviário – Sinalização Horizontal;
- DNIT 165/2013 – EM – Emulsões asfálticas para pavimentação;
- DNIT 031/2006 – ES – Pavimentos flexíveis - Concreto asfáltico;
- DNIT 154/2010 – ES – Pavimentação asfáltica - Recuperação de defeitos em pavimentos asfálticos;
- DNIT 005/2003 – TER – Defeitos nos pavimentos flexíveis e semirrígidos, além de instituições, normas e resoluções pertinentes.

6.1.1. Todos os problemas decorrentes de casos eventuais não previstos nas presentes disposições normativas serão previamente discutidos com a Fiscalização.

6.2. ESPECIFICAÇÃO TÉCNICAS DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

6.2.1. SERVIÇOS DE ESCRITÓRIO:

Realizar o levantamento cadastral de áreas de logradouros públicos, compreendendo nivelamento do eixo de logradouros, suas medidas de extensão, estudo das condições do pavimento existente, precedido de uma avaliação funcional e estrutural. Na avaliação funcional será identificadas as condições da superfície do pavimento, por meio do levantamento das irregularidades, análises e relatórios fotográficos das imperfeições longitudinais e defeitos superficiais como: panelas, couro de jacaré, fissuras e trincas. Na avaliação estrutural será identificadas as condições estruturais do pavimento, por meio não destrutivo com a determinação das deflexões superficiais resultante da aplicação de uma carga conhecida de 8,2tf por eixo padrão. A partir da análise desses parâmetros será possível determinar a restauração e o recapeamento do pavimento existente.

6.2.2. CANTEIRO DE OBRAS:

Área destinada à execução do projeto, compreendendo as instalações temporárias, alojamentos, depósitos de materiais, escritório de obra, e demais estruturas necessárias para o desenvolvimento do objeto. É no canteiro que são organizados e concentrados os recursos humanos, equipamentos e materiais, sendo fundamental para o andamento eficiente e seguro da obra.

6.2.3. FRESAGEM OU CORTE MECÂNICO:

A remoção do pavimento existente deverá ser executada por meio de fresagem mecânica a frio do pavimento, com espessura de 5 cm em área previamente indicada. Durante a execução da fresagem deve ser mantida a operação de umectação da área fresada para controlar a emissão de poeira no ambiente.

O material fresado deve ser imediatamente removido, por meio de caminhão basculante para o bota fora ou “pulmão” (bota espera), provisório, aprovado pela fiscalização. E ficará a cargo da fiscalização da obra a destinação final do resíduo, podendo ser doado conforme autorização da prefeitura.

6.2.4. VARREDURA MECÂNICA OU A COMPRESSÃO DE AR:

Deverão ser removidos os materiais argilosos, vegetais e resíduos em toda a superfície a serem revestidas com capa asfáltica. A superfície deverá ser varrida de forma que todos os detritos sejam retirados, possibilitando que a superfície fique limpa e isenta de pó.

A varredura deverá ser procedida através de vassoura mecânica ou equipamento similar.

6.2.5. PINTURA DE LIGAÇÃO:

A pintura de ligação consistirá numa película betuminosa aplicada sobre a superfície do pavimento existente sendo executada após a limpeza do material fresado e garantida a retirada de quaisquer impurezas sobre a área a pavimentar.

A execução da pintura deverá ser realizada de acordo com as instruções do DER-RJ e DNIT.

6.2.6. APLICAÇÃO DE REVESTIMENTO ASFÁLTICO

Consistirá em uma camada de concreto betuminoso usinado a quente (CBUQ) após aplicação da pintura de ligação, à massa asfáltica deverá ser transportada por caminhão basculante até o local de aplicação devidamente lonado, a fim de que se mantenha a temperatura de aplicação. A camada de rolamento consiste na aplicação de Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ), com uma espessura constante mínima compactada de 5 cm, por meio de vibro- acabadora, sobre o pavimento existente regular em toda a pista de rolamento dos veículos. Para este serviço são previstos os seguintes equipamentos: rolo compactador liso autopropelido, rolo de pneus e vibro acabadora.

A massa asfáltica deverá ser aplicada na pista somente quando a mesma se encontrar seca e o tempo não se apresentar chuvoso ou com neblina. A compactação da massa asfáltica deverá ser constituída de duas etapas: a rolagem inicial e a rolagem final.

A rolagem inicial será executada com rolo de pneus tão logo seja distribuída à massa asfáltica com vibro acabadora. A rolagem final será executada com rolo tandem ou rolo autopropelido liso, com a finalidade de dar acabamento e corrigir irregularidades. Após o término da operação, a fiscalização poderá liberar para o trânsito.

6.2.5. SINALIZAÇÃO HORIZONTAL:

Consiste nos serviços de pintura de faixas no pavimento asfáltico, aplicada com pistola (spray), mecânica, com tinta termoplástica à base de resinas naturais e/ou sintéticas, conforme ABNT NBR 12935, 15405 Norma DNIT 100/2018-ES, com objetivo de promover uma melhor sinalização viária, trazendo mais segurança ao trânsito.

7. CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO:

7.1 Os serviços e insumos especificados neste Instrumento enquadram-se como SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA, conforme Art. 6º, inciso XXI, alínea “a” da Lei nº 14.133/2021 que define:

“todo serviço de engenharia que tem por objeto ações, objetivamente padronizáveis em termo de desempenho e qualidade, de manutenção, de adequação e de adaptação de bens móveis e imóveis, com preservação das características originais do bem”.

Dito isto, verifica-se a partir dos conceitos apresentados, que o objeto se refere a um **serviço de engenharia**, visto que se trata de um serviço de manutenção visando a recuperação original do pavimento, pertencente ao subgrupo de **serviço comum de engenharia**, uma vez que se compõe de serviços comuns e padronizados de execução, pretendendo a manutenção original da via.

7.2 A execução do objeto não gera qualquer espécie de vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e a CONTRATANTE, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

8. DO FUNDAMENTO LEGAL:

8.1 A contratação, objeto do presente Termo de Referência, encontra amparo legal na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que estabelece normas gerais de licitações e contratos

administrativos no âmbito da Administração Pública.

8.2 O objeto enquadra-se como serviço comum de engenharia, nos termos do art. 6º, inciso XXI, da referida lei, podendo ser contratado por meio de procedimento licitatório na modalidade pregão eletrônico, com utilização do Sistema de Registro de Preços, conforme disposições legais aplicáveis.

9. DA MODALIDADE E TIPO DE LICITAÇÃO:

9.1 Os serviços e insumos especificados neste Instrumento serão contratados por meio da seleção da proposta mais vantajosa, VIA SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP), na modalidade PREGÃO, em sua forma eletrônica, tendo como critério de julgamento. O MENOR PREÇO E TÊM SEU ORÇAMENTO E RESPECTIVOS VALORES ESPECIFICADOS NO ANEXO deste TR, com observância aos preceitos gerais de Direito Público, bem como, às disposições da Lei nº 14.133/2021.

10. DO ORÇAMENTO:

10.1 Os orçamentos, com seus respectivos detalhamentos, encontram-se na planilha anexa a este Termo de Referência.

11. DISCRIMINAÇÃO DOS CUSTOS UNITÁRIOS, FORMAÇÃO DE PREÇOS E BDI:

11.1 Com base na Lei Federal nº 14.133/2021, que dispõe sobre licitações e contratos administrativos no âmbito da administração pública, os órgãos devem definir o valor estimado das contratações por meio da composição dos custos unitários dos itens correspondentes aos boletins da Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro - EMOP.

11.2 No entanto, nos casos em que não houver previsão nos boletins da EMOP, é permitido utilizar outros parâmetros para a composição dos custos, conforme os princípios e diretrizes estabelecidos na referida lei.

11.3 Assim, a elaboração dos orçamentos deste objeto seguiu os parâmetros e diretrizes estabelecidos na Lei nº 14.133/2021, garantindo transparência e conformidade com as normas

vigentes.

11.4 De acordo com o Catálogo Referência da EMOP, as Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) constituem um percentual que deve ser adicionado ao custo direto da obra, obtendo-se, assim, o preço de venda. Esse percentual pode variar de acordo com o volume dos serviços a serem executados, tipos de obra, quantidade de obras em execução de cada empresa, facilidades disponíveis para condução dos serviços, exigências do órgão contratante, entre outros fatores. Quando se utiliza o Sistema EMOP de Custos Unitários, deve-se considerar, para determinação do percentual de BDI, a equação aplicável segundo os parâmetros da EMOP, observando-se os princípios da Lei nº 14.133/2021.

$$BDI = \frac{(1 + AC + S + R + G)(1 + DF)(1 + L)}{(1 - I)}$$

Onde:

AC - Administração Central S - Taxa de seguros

R - Taxa de riscos

G - Taxa de garantias

DF - Taxa de despesas financeiras L - Taxa de lucro/remuneração

I - Taxa de incidência de impostos

11.4.1 O cálculo do percentual do BDI observou os parâmetros técnicos estabelecidos pela EMOP, compatíveis com a natureza do serviço, porte da contratação e características operacionais da execução.

12. DA JUSTIFICATIVA DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS:

12.1 Nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, que disciplina licitações e contratos administrativos, a contratação por meio do Sistema de Registro de Preços (SRP) é adequada para atender às necessidades do Município de Cabo Frio, uma vez que permite adquirir bens e contratar serviços de forma mais eficiente, econômica e transparente. O SRP se mostra apropriado quando a contratação destina-se a suprir uma necessidade contínua e imprevisível mediante fatores externos, frequente ou prolongada de bens ou serviços, quando é vantajoso

realizar serviços com entregas parceladas ou remunerados por unidade de medida, quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou regime de tarefa, quando atende a mais de um órgão ou entidade da Administração Municipal ou aos programas de governo, e quando, pela natureza do objeto, não é possível definir previamente o quantitativo a ser demandado.

12.2A utilização do SRP para execução de serviços de engenharia é adequada quando o objeto é claramente definido, com características padronizadas e especificações técnicas comuns no mercado, sem complexidade operacional, e quando há necessidade permanente ou frequente do serviço. No caso em análise, a recuperação da pavimentação de vias e logradouros públicos constitui uma necessidade premente, essencial à segurança, mobilidade e desenvolvimento urbano, atendendo diretamente à atividade finalística da Prefeitura e aos programas de governo.

12.3O emprego do SRP permite maior celeridade e racionalização de recursos, evitando múltiplos processos licitatórios individuais e possibilitando vantagens significativas do ponto de vista técnico e financeiro, em conformidade com os princípios da economicidade, eficiência, legalidade e interesse público, previstos na Lei nº 14.133/2021. Diante disso, a contratação por meio do Sistema de Registro de Preços (SRP) se revela a forma mais vantajosa e adequada para atender às necessidades identificadas, garantindo otimização de recursos, eficiência administrativa e conformidade legal.

13. DURAÇÃO DO REGISTRO DE PREÇOS:

13.1A presente Ata de Registro de Preços terá a duração inicial de 12 (doze) meses, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNPC, podendo ser prorrogada por igual período, desde que haja previsão expressa na própria ata e que as condições e os preços se mantenham vantajosos, em conformidade com o art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

13.2O parágrafo único do art. 84 da Lei nº 14.133/2021 estabelece que o contrato decorrente da Ata de Registro de Preços terá sua vigência conforme as disposições da própria lei.

13.3A prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços deverá ser precedida de ampla pesquisa de mercado, a fim de verificar a adequação dos preços registrados aos parâmetros de mercado no momento da prorrogação, nos termos do art. 23 da Lei nº 14.133/2021.

13.3.1 No ato de prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços, poderá haver a renovação

dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo originalmente previsto na ata, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021.

14. DO REGISTRO E DA GESTÃO DA ATA:

14.1 O registro de preços e as atas dele decorrentes deverão ser divulgados no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP e no Portal de Compras desta Autarquia e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços, ocasião em que será designado Gestor da Ata, a quem competirá:

- a) Promover todos os registros, junto ao órgão responsáveis;
- b) Autorizar a adesão de outros órgãos ou entidades ("carona") não participantes;
- c) Adotar todas as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

14.2 A presença do Gestor da Ata não elide nem diminui a responsabilidade do FORNECEDOR. Deverá ser incluído, na respectiva ata o registro dos licitantes que aceitarem cotar os serviços com preços iguais aos do proponente vencedor do certame, observada a ordem de classificação.

14.3 É facultado à Administração, quando o convocado não assinar a ARP no prazo e condições estabelecidas, convocar os proponentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.

14.4 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação ou de contratação direta para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

15. DA ADESÃO AO REGISTRO DE PREÇOS:

15.1 Considerando que o objeto em questão está vinculado a uma política pública voltada ao atendimento das necessidades do município, com o objetivo de prover infraestrutura, fomentar o desenvolvimento urbano, elevar a qualidade de vida das comunidades locais e

assegurar o acesso a serviços essenciais, verifica-se que sua execução está diretamente relacionada à atividade finalística, à missão institucional e às competências da administração pública.

15.2 Desta forma, o objeto licitado poderá ser regularmente objeto de adesão à Ata de Registro de Preços (ARP) por outras entidades ou órgãos da Administração Pública, sendo permitida tal possibilidade.

16. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR:

16.1 Caberá ao órgão gerenciador à prática de todos os atos de controle e administração do Sistema de Registro de Preços, e ainda o seguinte:

- a) indicar, na fase preparatória do procedimento, os agentes públicos responsáveis pelos atos necessários à realização do procedimento para registro de preços e, posteriormente, gerenciamento da ata dele decorrente;
- b) definir o objeto pretendido, os itens que farão parte do registro de preços e demais informações necessárias para subsidiar a elaboração do TR e os parâmetros para o julgamento objetivo das propostas de preços;
- c) realizar procedimento público de IRP, no sistema eletrônico de contratações;
- d) estabelecer, quando for o caso, número máximo de órgãos ou entidades participantes, em conformidade com sua capacidade de gerenciamento;
- e) conceder prazo compatível com a complexidade do objeto pretendido para que os órgãos e entidades interessados em participar do registro de preços possam fazer a análise de suas expectativas e informar suas demandas aprovadas na IRP;
- f) aceitar ou recusar, justificadamente, no que diz respeito à IRP: os quantitativos considerados mínimos ou ínfimos; a inclusão de novos itens pretendidos pelo órgão ou entidade participante; os itens de mesma natureza, mas com modificações em suas especificações; a inclusão de novos locais para entrega do bem ou execução do serviço; e a participação de órgãos e entidades, de acordo com a natureza do objeto;
- g) consolidar informações relativas à estimativa individual e total de consumo e pretensão de consumo, promovendo a adequação do respectivo TR encaminhados para atender aos requisitos de padronização e racionalização, determinando a estimativa total de quantidades

- da contratação;
- h) realizar ampla pesquisa de preços;
 - i) praticar todos os atos de controle e gerenciamento dos quantitativos das ARPs e de seus saldos, das solicitações de adesão e do remanejamento das quantidades;
 - j) realizar o processo licitatório para o registro de preços;
 - k) promover os atos necessários à correta instrução processual para a realização do processo licitatório, bem como todos os atos decorrentes, tais como a assinatura da ARP e a sua disponibilização aos órgãos ou entidades participantes;
 - l) gerenciar a ARP, providenciando a indicação, sempre que solicitado, dos fornecedores registrados para atendimento às necessidades do órgão ou entidade, obedecendo à ordem de classificação do certame e os quantitativos de contratação definidos pelos participantes da respectiva ata;
 - m) deliberar quanto à adesão posterior de órgãos e entidades que não manifestaram interesse em participar do registro de preços durante o período de divulgação da IRP;
 - n) aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ARP ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, e promover as publicações, encaminhamentos e registros cabíveis;
 - o) convocar os proponentes remanescentes, observada a ordem de classificação;
 - p) conduzir as alterações ou as atualizações dos preços registrados;
 - q) Promover a correta gestão, fiscalização e execução contratual, nos termos do Capítulo VI do Título III da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, em relação às suas próprias contratações.

17. CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS:

17.1 O critério de avaliação das propostas será o menor preço.

17.2 O regime de execução será indireto, mediante empreitada por preço unitário, devendo a contratada comprovar que possui equipe técnica qualificada e disponível para a execução do objeto licitatório, mediante apresentação de declaração de compromisso de disponibilidade.

- 17.3** A licitante deverá preencher sua proposta de preços em conformidade com os modelos de planilhas constantes dos Anexos do Edital.
- 17.4** No preço proposto deverão estar inclusas todas as despesas com os equipamentos, transporte, despesas administrativas, lucro e demais insumos necessários à sua composição.
- 17.5** A CONTRATADA deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação.
- 17.6** Na formulação de sua proposta, a licitante deverá informar e observar o regime de tributação ao qual está submetida, inclusive no tocante às alíquotas de ISS, PIS e COFINS sobre seu faturamento, consoante as Leis nº 10.637/2002, nº 10.833/2003 e Lei Complementar nº 123/06, no caso de micro e pequenas empresas optantes pelo Simples Nacional. Não será observado o direito de preferência para as microempresas e empresas de pequeno porte, conforme determina a Lei 14.133/21.

18. META FÍSICA:

- 18.1** Os quantitativos previstos no Anexo deste Instrumento são considerados suficientes e adequados para atender à necessidade estimada de serviços de conservação e manutenção da pavimentação asfáltica, para o período de 12 (doze) meses, conforme planejamento técnico e previsão de demanda.

19. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR CONTRATADO:

19.1. Constituem obrigações do FORNECEDOR:

- a) Assinar a Ata de Registro de Preços, no prazo máximo de 05 (cinco) dias contados da convocação.
- b) Entregar o objeto deste contrato no local determinado e de acordo com o prazo estabelecido neste instrumento.
- c) Entregar o objeto do contrato sem qualquer ônus para a CONTRATANTE, estando incluído no valor do pagamento todas e quaisquer despesas decorrente de frete, mão de

obra, combustível, tributos, seguro, dentre outros.

d) Manter em estoque um mínimo de maquinário, equipamentos e pessoal (recursos humanos) necessários à execução do objeto do contrato.

e) Substituir os maquinários/equipamentos com eventuais defeitos, sem qualquer ônus adicional para a CONTRATANTE.

f) Providenciar para que os maquinários e equipamentos estejam em bom estado de conservação/limpeza, adequados ao uso imediato, nas especificações indicadas em consonância com as normas de segurança estabelecidas em legislação própria.

g) Comunicar formalmente eventual atraso ou paralisação dos serviços, apresentando razões justificadoras que serão objeto de apreciação pela CONTRATANTE.

h) Manter, durante toda a duração da Ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas para a participação na licitação.

20. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO E DOS PREÇOS DO FORNECEDOR:

20.1 Os preços registrados poderão ser revistos e alterados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d", do inciso II do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

20.2 Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços registrados aos valores praticados pelo mercado.

20.3 Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

20.4 A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

20.5 Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante comprovação de fato superveniente, não puder cumprir as obrigações contidas na Ata de Registro de Preços, o órgão gerenciador poderá liberar o fornecedor do compromisso assumido,

caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação de penalidades administrativas, se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados.

20.6 Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder ao cancelamento da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

20.7 O registro do fornecedor será cancelado quando:

- a) Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
- b) Não assinar o contrato ou não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável.
- c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado.
- d) Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, observado os §§ 4º e 5º do referido dispositivo.

20.8 O cancelamento da Ata de Registro de Preços poderá ocorrer, total ou parcialmente, pelo órgão ou entidade gerenciador, desde que devidamente comprovados e justificados por razão de interesse público; pelo cancelamento de todos os preços registrados; ou a pedido do fornecedor, decorrente de fato superveniente, de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata.

21. DO CONTROLE E DAS ALTERAÇÕES DE PREÇOS:

21.1 Durante a vigência da Ata, os preços registrados poderão ser revistos e alterados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos itens do orçamento cujos preços foram registrados.

21.2 A Administração, se julgar conveniente, poderá optar pela liberação do FORNECEDOR quando os preços de mercado se tornarem superiores aos registrados na ata.

21.3 Comprovada a redução dos preços praticados no mercado, nas mesmas condições do registro e definidos os novos preços máximos pactuados pela Administração, o FORNECEDOR

registrado será convocado por esta Secretaria para alteração do preço da Ata de Registro de Preços, mediante aditamento.

22. DURAÇÃO DO CONTRATO:

22.1O presente contrato terá a vigência inicial de 12 (doze) meses corridos, contados a partir da data estabelecida na Ordem de Início para início da execução do objeto, podendo ser prorrogado, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme Artigo 111, da Lei nº 14.133/2021.

23. DA FORMA E DO PRAZO DE ENTREGA/EXECUÇÃO:

23.1A prestação dos serviços deverá ser realizada de acordo com as necessidades da CONTRATANTE, mediante a expedição da competente ORDEM DE SERVIÇO pela administração, informando o local e a extensão do serviço, com emissão da respectiva Nota de Empenho para cada solicitação.

23.2A prestação dos serviços deverá ser iniciada no prazo máximo de até 24 (vinte e quatro) horas úteis, contados da emissão da Ordem de Serviço, emitida pela CONTRATANTE.

23.3Os serviços e insumos deverão ser executados diretamente nos locais determinados pela CONTRATANTE, de acordo com as respectivas especificações técnicas constantes no Termo de Referência.

23.4Toda e qualquer prorrogação de prazo da execução deverá ser justificada por escrito e solicitada à CONTRATANTE antes do prazo inicialmente estipulado.

23.5A prorrogação de prazo para a entrega será submetida à CONTRATANTE, a quem compete autorizar ou não a concessão de prazo inicialmente previsto.

23.6Os prazos de execução admitem prorrogação a critério da Administração Contratante, mantidas as demais obrigações previstas no Edital, desde que observado o contido no art. 111, da Lei nº 14.133/2021.

23.7A prestação dos serviços deverá ser realizada de acordo com as necessidades da CONTRATANTE, cabendo à CONTRATADA a responsabilidade pela manutenção e assistência dos serviços técnicos prestados conforme Art. 140, §6º, da lei 14.133/2021, cujo

teor dispões:

“Em se tratando de obra, o recebimento definitivo pela Administração não eximirá o contratado, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, admitida a previsão de prazo de garantia superior no edital e no contrato, da responsabilidade objetiva pela solidez e pela segurança dos materiais e dos serviços executados e pela funcionalidade da construção, da reforma, da recuperação ou da ampliação do bem imóvel, e, em caso de vício, defeito ou incorreção identificados, o contratado ficará responsável pela reparação, pela correção, pela reconstrução ou pela substituição necessárias.”

24. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

- 24.1** Os pagamentos serão efetuados mensalmente por meio de crédito em conta corrente da instituição financeira contratada pelo município, cujo número e agência deverão ser informados pelo adjudicatário até a assinatura do contrato.
- 24.2** No caso de a CONTRATADA estar estabelecida em localidade que não possua agência no Município, o pagamento poderá ser feito mediante crédito em conta corrente de outra instituição financeira, salientando que, nesse caso, eventuais ônus financeiros e/ou contratuais adicionais serão suportados exclusivamente pela CONTRATADA.
- 24.3** O pagamento dos serviços realizados será efetuado pela CONTRATANTE mediante comprovação, por meio de arquivo digital, da relação dos maquinários, equipamentos entregues e recursos humanos, contendo obrigatoriamente, cópia da ordem de serviço, dos comprovantes de entrega e relatório de obra, especificando a data da realização do serviço, endereço na unidade, nome do servidor que recebeu o material, bem como, identificação funcional (ID).
- 24.4** O pagamento do serviço deverá observar estritamente os encargos relacionados na proposta de formação de preços, conforme modelo anexo ao Edital.
- 24.5** O pagamento será realizado pela CONTRATANTE no prazo de até 30 (trinta) dias após a medição dos serviços executados, contado a partir da data final do período de adimplemento de cada parcela.
- 24.6** Em caso de erro, a fatura será devolvida à CONTRATADA, e o prazo referido no subitem anterior retornará à contagem inicial.

- 24.7** O faturamento mensal do serviço deverá observar a aplicação de eventuais descontos de multas, na forma especificada neste Instrumento.
- 24.8** Considera-se adimplemento o cumprimento da prestação com a entrega do objeto, devidamente atestada pelo(s) agente(s) competente(s).
- 24.9** O pagamento do serviço deverá observar estritamente os encargos relacionados nas planilhas de custo e formação de preço, anexa ao Edital.
- 24.10** Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível ao contrato, sofrerão a incidência de atualização monetária e juros de mora pelo IPCA-E, calculado pro rata die, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido no instrumento convocatório serão feitos mediante desconto de 0,5% (um meio por cento) ao mês, calculado pro rata die.
- 24.11** O saldo restante, a última medição, só poderá ser liberado após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo, não podendo o seu valor ser inferior a 2% do valor global do contrato.

25. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

- 25.1** A inexecução total ou parcial do contrato, a execução imperfeita, a mora na execução, ou qualquer inadimplemento contratual sujeitará o contratado, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes penalidades, graduadas conforme a gravidade da infração:
- I – Advertência;
 - II – Multa;
 - III – Impedimento de licitar e contratar;
 - IV – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 25.2** As sanções serão aplicadas de acordo com a natureza e a gravidade da infração, os danos causados à Administração, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes do contratado.
- 25.3** Quando a penalidade envolver prazo ou valor, deverão ser observados os critérios de proporcionalidade e razoabilidade previstos na Lei nº 14.133/2021.
- 25.4** A multa administrativa corresponderá ao valor mínimo de 0,5% (meio por cento) e máximo de

30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato, aplicada conforme a gravidade da infração, nos termos do art. 156, § 3º, da Lei nº 14.133/2021.

- 25.5** Parágrafo único. A multa poderá ser aplicada cumulativamente às demais penalidades previstas nesta cláusula, não tendo caráter compensatório, e seu pagamento não exime o contratado de responder por eventuais perdas e danos.
- 25.6** O impedimento de licitar e contratar com a Administração terá prazo máximo de 3 (três) anos, conforme art. 156, III, da Lei nº 14.133/2021.
- 25.7** A declaração de inidoneidade perdurará enquanto remanescerem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a sanção, a qual somente será concedida após o ressarcimento à Administração pelos prejuízos causados, nos termos do art. 156, IV, §§ 4º e 5º, da Lei nº 14.133/2021.
- 25.8** O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a contratada a multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil de atraso, limitada ao valor estabelecido no art. 412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral e aplicação das demais penalidades previstas.
- 25.9** Se o valor das multas aplicadas for superior ao da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela diferença, a ser descontada de pagamentos devidos ou cobrada judicialmente.
- 25.10** A aplicação de qualquer penalidade observará o contraditório e a ampla defesa, mediante prévia intimação do interessado, que terá prazo de 15 (quinze) dias úteis para apresentar defesa, conforme arts. 158 e 159 da Lei nº 14.133/2021.
- 25.11** A decisão será devidamente motivada, com a indicação dos fatos, fundamentos legais e circunstâncias que justificaram a penalidade.
- 25.12** As penalidades aplicadas serão registradas no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, e no Cadastro Nacional de Contratações Públicas – PNCP, conforme arts. 160 e 162 da Lei nº 14.133/2021.

26. DAS AMOSTRAS DOS LAUDOS TÉCNICOS:

26.1 Considerando a natureza do objeto da pretensa contratação não será solicitado aos licitantes a apresentação de AMOSTRAS ou LAUDOS TÉCNICOS podendo, no entanto, a administração exigir a apresentação das especificações técnicas que considerar necessárias na execução, devendo ser efetivada no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas.

27. RELAÇÃO ENTRE A DEMANDA PREVISTA E A CONTRATADA:

27.1 A necessidade de discriminação da relação entre a demanda estimada pela Administração e o serviço a ser CONTRATADO se dá por força de mandamento legal, sendo sopesados estritamente por meios de critérios técnicos objetivos, a exemplo dos projetos executivos e projetos básicos desenvolvidos pelas respectivas áreas demandantes, bem como, as experiências técnicas acumuladas pela Equipe durante um longo período.

27.2 A equipe técnica, ao elaborar as estimativas constantes deste instrumento, considerou as experiências e conhecimentos técnicos acumulados, bem como as informações e referências apresentadas no competente Estudo Técnico Preliminar que antecede a presente contratação. Dessa forma, ratificam-se os quantitativos estimados, por se mostrarem adequados e coerentes com as necessidades identificadas.

27.3 Encontra-se vetada a emissão de ordem de serviço e a execução dos serviços da Ata de Registro de Preços em localidades em que não haja prévia pavimentação asfáltica, devendo a necessidade de recapeamento asfáltico ser comprovada através de Relatório Técnico Fotográfico, de forma a evidenciar a existência do pavimento necessitando de manutenção.

28. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE:

28.1 Considerando a crescente preocupação da sociedade em relação às questões ambientais e desenvolvimento sustentável, e ainda considerando os riscos potenciais ao meio ambiente e a saúde pública, ocasionados pelo descarte dos materiais inservíveis, caberá à CONTRATADA o correto descarte e o gerenciamento ambientalmente adequado dos resíduos de materiais inerentes ao fornecimento, principalmente no que concerne disposição final, em atendimento à legislação

aplicável (IN nº 01 - SLTIMPOS, 15/12/2010), inclusive assumindo o compromisso de cumprir todas as normas (legislação) que tratar do assunto de descarte de resíduos sólidos.

28.2 Após o fornecimento, deverão ser recolhidos, transportados e corretamente descartados pela CONTRATADA os eventuais resíduos gerados, sendo vedado o recolhimento posterior, dando destino e tratamento adequado aos mesmos, de acordo com os ditames e procedimentos contidos na Resolução nº 307/02 do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, Lei 12.305/10, Decreto 7.404/10.

28.3 A contratada deverá apresentar planejamento de forma a garantir a sustentabilidade do projeto, atendendo o disposto na NBR ISO 14001, classificando os resíduos gerados, indicando sua destinação ou reuso na própria obra.

28.4 Conforme as orientações do Ministério do Meio Ambiente, os resíduos da construção civil devem ser reduzidos e ter disposição adequada, promovendo-se a reciclagem dos materiais.

28.5 Na escolha dos materiais de construção deve-se utilizar materiais disponíveis no local, pouco processados, não tóxicos, potencialmente recicláveis, culturalmente aceitos, propícios para a autoconstrução. Sobre águas e esgoto, é interessante prever: a coleta e utilização de águas pluviais, utilização de dispositivos economizadores de água, reuso de águas, tratamento adequado de esgoto no local e, quando possível, o uso de banheiro seco.

28.6 A administração pública optará por produtos/bens de menor impacto ambiental, de forma a garantir a observância da promoção do desenvolvimento nacional sustentável, examinando a incidência, no caso concreto, das diretrizes, critérios e práticas de sustentabilidade adotadas pelos interessados.

28.7 Nos termos do Decreto nº 2.783/98, e Resolução CONAMA nº 267, de 14/11/2000 é vedada a utilização, na execução dos serviços, de qualquer das Substâncias que destroem a camada de ozônio abrangidas pelo Protocolo de Montreal, notadamente CFCs, Halons, CTC e tricloroetano ou de qualquer produto ou equipamento que as contenha ou delas faça uso, à exceção dos usos essenciais permitidos, conforme artigo 1º, parágrafo único, do Decreto nº 2.783, de 1998, e artigo 4º da Resolução CONAMA nº 267, de 14/11/2000.

28.8 Além disso, cabe à CONTRATADA realizar práticas sustentáveis de manejo dos recursos renováveis, a redução dos resíduos e poluição, a utilização de energia e materiais eficientemente, empregando equipamentos mais modernos e adequados às normas e preservação ambiental.

28.9. Caso seja constatado o registro de três ocorrências, em um período de 30 dias, por descumprimento das orientações acima, a empresa a ser CONTRATADA poderá sofrer as sanções previstas em contrato, assegurado o direito à ampla defesa e contraditório

29. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:

29.1 Caberá ao licitante interessado em participar da licitação credenciar-se previamente perante o provedor do sistema eletrônico de contratações, qual seja a plataforma Licitanet.

29.2 GARANTIA DA PROPOSTA

29.2.1 Conforme o art. 58 da Lei Federal nº 14.133/2021, será exigida a garantia de proposta como forma de assegurar a seriedade das propostas apresentadas e evitar a recusa injustificada em assinar o contrato, a ata de registro de preços ou o contrato, bem como o descumprimento na apresentação de documentos de habilitação.

29.2.2 A garantia corresponderá a 1% (um por cento) do valor estimado da proposta, e deverá ser prestada em uma das modalidades previstas no art. 96, §1º, da Lei nº 14.133/2021:

- I. caução em dinheiro;
- II. Fiança bancária;
- III. seguro-garantia.

29.2.3 A apresentação da garantia será realizada exclusivamente por meio do sistema eletrônico oficial - Licitanet, no ato do cadastramento da proposta de preços, devendo ser anexada em campo específico junto à documentação de habilitação.

29.2.4 A garantia de proposta não poderá ter prazo de validade inferior a 90 (noventa) dias a contar da data de abertura do certame (art. 91, §1º, da Lei nº 14.133/21).

29.2.5 O licitante que não apresentar a garantia de proposta nas condições estabelecidas neste instrumento será considerado inabilitado e ficará impedido de prosseguir no certame.

29.2.6 Nos termos do art. 58, §2º, da Lei nº 14.133/2021, a garantia de proposta será restituída aos licitantes não vencedores no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato ou da declaração de fracasso da licitação.

29.2.7 Os dados bancários para realização da garantia, na modalidade disposta no art. 96, §1º, inciso

I, da Lei Federal 14.133/2021, são:

- Banco do Brasil
- Agência: 0150-3
- Conta Corrente: 0061543-9
- CNPJ: 17.572.121/0001-00

Titularidade: Companhia de Serviços de Cabo Frio - COMSERCAF

29.2.8 Administração Pública não se responsabilizará por informações incorretas prestadas pelos licitantes, documentos enviados para endereço eletrônico diverso do indicado neste edital ou solicitações encaminhadas fora do prazo ou sem tempo hábil para análise, sendo de inteira responsabilidade do licitante o correto cumprimento dos procedimentos no sistema eletrônico, conforme art. 12, §2º, da Lei nº 14.133/2021.

29.3 INVERSÃO DE FASES – HABILITAÇÃO

29.3.1 Nos termos do art. 17, §1º, da Lei nº 14.133/2021, esta licitação será realizada com inversão de fases, de modo que a habilitação dos licitantes antecederá a fase de julgamento das propostas.

29.3.2 Tal medida é justificada em razão da natureza do objeto — serviços de conservação e manutenção de pavimentação asfáltica em CBUQ, atividades que demandam capacidade técnica operacional comprovada e adequada estrutura financeira.

29.3.3 A habilitação prévia da documentação constitui medida de gestão e mitigação de riscos (art. 11, VI, c/c art. 18, II, da Lei nº 14.133/21), garantindo que apenas fornecedores aptos participem da etapa de lances, evitando propostas inexequíveis, reduzindo a probabilidade de inexecução contratual e assegurando maior eficiência e economicidade (art. 5º, IV e VI).

29.3.4 A adoção desse modelo não causa prejuízo à isonomia ou competitividade (art. 5º, caput e incisos I e II), uma vez que os critérios de habilitação estão definidos de forma objetiva no edital e as propostas deverão estar compatíveis com as composições de custos e encargos previstos em lei, assegurando que a Administração contrate a proposta mais vantajosa, com preços justos e exequíveis.

30. DO REAJUSTE DE PREÇOS:

30.1. Decorrido o prazo de 12 (doze) meses do mês base do orçamento referencial (i0), poderá o contrato fazer jus ao reajuste do valor contratual, consoante com art. 2º da Lei 10.192/2001, nos seguintes termos:

"É admitida a estipulação de correção monetária ou reajuste por índices de preços gerais, setoriais, ou que reflitam a variação dos custos de ou dos insumos utilizados nos contratos com prazo de duração igual ou superior a um ano."

30.2. Além disso, de acordo com o que dispõe o artigo 25, § 7º, da Lei nº 14.133/2021, o edital deverá incluir o objeto da licitação e as normas referentes à convocação, julgamento, habilitação, recursos, penalidades, fiscalização, gestão do contrato, entrega do objeto e condições de pagamento. No entanto, independentemente da duração do contrato, é obrigatória a previsão no edital de um índice de reajustamento de preço, com data-base vinculada à data do orçamento estimado, e com a possibilidade de estabelecer mais de um índice específico ou setorial, conforme a realidade de mercado dos respectivos insumos.

30.3. Quanto ao reajuste e eventual recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, os preços contratados poderão ser revistos após o interregno mínimo de 12 (doze) meses, mediante solicitação do contratado e análise da Administração.

30.4. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional:

- a) a partir da data de início dos efeitos financeiros do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;
- b) para os custos decorrentes do mercado: a partir da apresentação da proposta;
- c) para os custos relativos ao transporte público: a partir da data da majoração da tarifa, desde que comprovada pelo contratado a sua efetiva repercussão sobre o preço contratado.

- 30.5.** Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir da data do fato gerador que deu ensejo a última repactuação, correspondente à mesma parcela objeto da nova solicitação.
- 30.5.1** Entende-se como última repactuação a data em que iniciados os efeitos financeiros do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada, bem como a data em que ocorreu a repactuação dos custos decorrentes de mercado e da tarifa de transporte público, independentemente dos registros realizados por apostila ou da celebração do termo aditivo
- 30.6.** A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços.
- 30.7.** Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação dos custos contratuais decorrentes da mão de obra poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das respectivas categorias.
- 30.8.** É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.
- 30.9.** Na repactuação, o contratante não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a administração pública, de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.
- 30.10.** Quando a repactuação solicitada se referir aos custos da mão de obra, o contratado efetuará a comprovação da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços,

acompanhada da apresentação do novo acordo, convenção ou sentença normativa da categoria profissional abrangida pelo Contrato.

- 30.11.** Quando a repactuação solicitada pelo contratado se referir aos custos decorrentes do mercado, o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do índice de reajustamento família EMOP, exclusivamente para as obrigações que se iniciem após a anualidade.
- 30.12.** No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 30.12.1** Fica o contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer, sendo adotado na aferição final o índice definitivo.
- 30.13.** Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 30.14.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos custos decorrentes do mercado, por meio de termo aditivo.
- 30.15.** Independentemente do requerimento de repactuação dos custos decorrentes do mercado, o contratante verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.
- 30.16.** Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações poderão se iniciar em data futura, desde que assim acordado entre as partes, sem prejuízo da contagem da anualidade para concessão das repactuações futuras.
- 30.17.** Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.
- 30.18.** O pedido de repactuação deverá ser formulado durante a vigência do Contrato e antes de

eventual prorrogação contratual, sob pena de preclusão.

30.18.1 Os efeitos financeiros do pedido da repactuação serão contados:

- a) da data-base prevista no Contrato, desde que requerida a repactuação no prazo de 60 (sessenta) dias da data de publicação do índice ajustado contratualmente, da entrada em vigor do acordo, convenção ou dissídio coletivo ou da divulgação da nova tarifa;
- b) a partir da data do requerimento do contratado, caso o pedido seja formulado após o prazo fixado na alínea a, acima, o que não acarretará a alteração do marco para cômputo da anualidade da repactuação, já adotado no edital e no Contrato.

30.19. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, convenção ou dissídio coletivo da categoria, ou ainda não tenha sido possível ao contratante ou ao contratado proceder aos cálculos devidos, deverá, a requerimento do contratado, ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

30.20. A extinção do Contrato não configurará óbice para o deferimento da repactuação solicitada tempestivamente, hipótese em que será concedida por meio de termo indenizatório.

30.21. O contratante decidirá sobre o pedido de repactuação de preços em até 1 (um) mês, contado da data do fornecimento da documentação comprobatória da variação dos custos a serem repactuados, pelo contratado.

30.22. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto o contratado não cumprir as condições estipuladas nesta cláusula ou deixar de apresentar a documentação solicitada pelo contratante para a comprovação da variação dos custos.

30.23. A repactuação de preços será formalizada por apostilamento, se esta for a única alteração contratual a ser realizada.

30.24. As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos Contratos com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133/2021.

31. DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA CONTRATADA:

- 31.1A** CONTRATADA deve executar o objeto do Contrato conforme o TERMO DE REFERÊNCIA nos termos das Normas, Portarias, Requisitos Técnicos e demais legislações pertinentes à contratação do objeto em questão, inclusive assumindo o compromisso de cumprir todas as normas relacionadas às questões ambientais, referentes ao descarte dos materiais.
- 31.2** Empregar maquinário e equipamentos de qualidade igual ou superior, necessários para execução do objeto.
- 31.3** Elaborar relatórios demonstrando a evolução dos serviços realizados, na medida em que forem executados, a fim de que sejam atestados pela fiscalização do Contrato.
- 31.4** Identificar os profissionais que executarão os serviços, por meio de uniformes e crachás e que deverão portar equipamento de proteção individual (EPI).
- 31.5** Substituir, reparar ou corrigir, em até 48 horas, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto deste Instrumento em que se verificarem defeitos na execução, ainda que só detectados quando da sua utilização, arcando com o ônus de serviços rejeitados pela fiscalização, devendo os mesmos serem refeitos.
- 31.6** Os danos e prejuízos deverão ser ressarcidos no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação à CONTRATADA acerca do ato administrativo que lhes fixar o valor.
- 31.7** Se responsabilizar pelas ocorrências relativas a acidentes que possam ser vítimas seus empregados no desempenho de suas funções, por ocasião da execução dos serviços.
- 31.8** Assumir todas as despesas diretas e indiretas, tais como salários, transportes, alimentação, diárias, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciárias, uniformes, equipamentos, indenizações e quaisquer outras que forem devidas aos empregados da CONTRATADA, no desempenho dos serviços objeto deste contrato, ficando a CONTRATANTE isento de qualquer vínculo empregatício com os mesmos.
- 31.9** Contratar por sua conta todos os seguros exigidos ou que venham a ser exigidos por Lei e que incidam direta ou indiretamente sobre o objeto deste Instrumento, assim como quaisquer outros

que julgar pertinente aos riscos que se considera exposto em vista das responsabilidades que lhe cabem.

- 31.10** Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação.
- 31.11** A CONTRATADA deverá facilitar a ação dos Fiscais e do Gestor do Contrato, fornecendo informações ou promovendo acesso à documentação dos serviços em execução, e atendendo prontamente às observações e exigências apresentadas por eles.
- 31.12** A CONTRATADA se responsabilizará pela idoneidade e pelo comportamento de seus profissionais, prepostos ou subordinados, respondendo por todos e quaisquer comportamentos e atitudes inadequados de seus profissionais, tais como falta de urbanidade, presteza ou decoro.
- 31.13** Veda-se à CONTRATADA, sob pena de rescisão e aplicação de qualquer outra penalidade cabível, a divulgação e o fornecimento de dados e informações, referentes à prestação de serviços do objeto dos eventuais Contratos, sem a prévia autorização oficial escrita emitida pela CONTRATANTE.
- 31.14** A CONTRATADA deverá se responsabilizar pelo cumprimento de toda legislação vigente, incluindo o pagamento de taxas, impostos, emolumentos, multas e demais contribuições fiscais que incidam ou venham a incidir sobre a prestação dos serviços.
- 31.15** A CONTRATADA deverá atender às despesas e encargos de qualquer natureza com o seu pessoal, necessários à execução do Contrato, responsabilizando-se pelos encargos de natureza trabalhista, previdenciária, fiscal, de acidente de trabalho, e outras.
- 31.16** A CONTRATADA deverá se responsabilizar pelo ressarcimento de quaisquer danos diretos, comprovados, causados à Prefeitura na execução das obrigações assumidas, respondendo por perdas e danos pela infração cometida ou executada inadequadamente.
- 31.17** A contratada deverá designar as suas expensas PREPOSTO para que, sempre que houver necessidade, se reportar diretamente ao Fiscal do contrato, para acompanhar e se responsabilizar pela execução dos serviços, inclusive pela regularidade técnica e disciplinar da

atuação da equipe disponibilizada.

31.18 A CONTRATADA deverá instruir seu Preposto quanto à necessidade de atender prontamente a quaisquer solicitações da CONTRATANTE, do Fiscal do Contrato ou de seu substituto, acatando imediatamente as determinações, instruções e orientações destes, inclusive quanto ao cumprimento das normas internas, desde que de acordo com a legalidade, e devendo, ainda, tomar todas as providências pertinentes para que sejam corrigidas quaisquer falhas detectadas na execução dos serviços contratados.

31.19 Na designação do Preposto é vedada a indicação dos próprios funcionários (responsáveis pela prestação dos serviços junto à CONTRATANTE) para o desempenho de tal função.

31.20 No momento da assinatura do contrato, a empresa contratada deverá comprovar que mantém programa de integridade (compliance), nos termos da disciplina conferida pela Lei Estadual n.º 7.753/17 e eventuais modificações e regulamentos subsequentes, consistindo tal programa no conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com o objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a Administração Pública, conforme redação incluída pela Resolução PGE n.º 4.346 de 30.01.2019.

31.21 Caso a futura contratada ainda não tenha programa de integridade instituído, verifica-se que a própria Lei n.º 7.753/17 faculta o prazo de 180 (cento e oitenta) dias para a implantação do referido programa, a contar da data da celebração do contrato.

31.22 Caso o serviço seja executado em desacordo com os requisitos estabelecidos para a contratação ou em qualidade inferior ao estabelecido, a empresa contratada deverá substituí-lo ou complementá-lo em, no máximo, 48 (quarenta e oito) horas.

31.23 Na forma da Lei Estadual n.º 7.258/16, a empresa com 100 (cem) ou mais empregados alocados ao contrato ficará obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus postos de trabalho com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas, na seguinte proporção:

- até 200 empregados 2%.

- de 201 a 500 3%.
- de 501 a 1.000 4%.
- de 1.001 em diante 5%.

31.24 Comunicar à CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários.

31.25 Selecionar e preparar rigorosamente os empregados que irão prestar os serviços, encaminhando, preferencialmente, indivíduos portadores de atestado de boa conduta e demais referências, tendo funções profissionais legalmente registradas em suas carteiras de trabalho.

31.26 Fornecer e manter atualizado todos os seus dados, inclusive endereço, telefone, fax, e-mail até o final da vigência do Contrato.

31.27 A prestação dos serviços deverá ser realizada de acordo com as necessidades da CONTRATANTE, cabendo à CONTRATADA a responsabilidade pela manutenção e assistência dos serviços técnicos prestados conforme Art. 140, §6º, da lei 14.133/2021, cujo teor dispões:

“Em se tratando de obra, o recebimento definitivo pela Administração não eximirá o contratado, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, admitida a previsão de prazo de garantia superior no edital e no contrato, da responsabilidade objetiva pela solidez e pela segurança dos materiais e dos serviços executados e pela funcionalidade da construção, da reforma, da recuperação ou da ampliação do bem imóvel, e, em caso de vício, defeito ou incorreção identificados, o contratado ficará responsável pela reparação, pela correção, pela reconstrução ou pela substituição necessárias.”

32. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

32.1. Exercer acompanhamento e fiscalização permanente sobre os serviços executados, de forma que sejam mantidas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, objetivando a manutenção de elevado padrão de qualidade.

32.2. Realizar os pagamentos devidos à contratada, pela execução dos serviços nos termos e prazos contratualmente previstos, após a plena verificação de todas as fases merecedoras de fiscalização e da devida aprovação por parte do fiscal de Contrato informando do sucesso da

execução dos serviços realizados.

- 32.3.** Auxiliar a CONTRATADA com documentos, informações e demais elementos que eventualmente venham a ser solicitados e que auxiliem nos serviços que tenham a executar, facilitando o exercício das funções da CONTRATADA, dando-lhe acesso às instalações, promovendo o bom entendimento entre seus funcionários e os empregados da Prefeitura e cumprindo suas obrigações estabelecidas neste Instrumento.
- 32.4.** Emitir, com a periodicidade adequada ao objeto fiscalizado, relatório acerca da execução do Contrato, sugerindo, em tempo hábil, as providências necessárias em benefício da Administração;
- 32.5.** Analisar a documentação apresentada para pagamento e verificar a sua conformidade com a execução dos serviços;
- 32.6.** Ficam reservados ao Gestor do Contrato o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omissos ou duvidosos não previstos no processo administrativo e tudo o mais que se relacione com o objeto CONTRATADO, desde que não acarrete ônus ou modificação na contratação.
- 32.7.** As decisões que ultrapassarem a competência do Gestor do Contrato deverão ser solicitadas formalmente pela CONTRATADA à autoridade administrativa imediatamente superior ao Gestor, através dele, em tempo hábil para a adoção de medidas convenientes.
- 32.8.** Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto, para que sejam sanadas as ocorrências, com as devidas reparações ou correções.
- 32.9.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do serviço, bem como por quaisquer danos causados a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

33. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

- 33.1** O licitante detentor da proposta ou lance de menor preço deverá apresentar certidões negativas de falências e recuperação judicial e extrajudicial expedidas pelos distribuidores da sede da

pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física.

- 33.2** Se o licitante não for sediado na Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, as certidões deverão vir acompanhadas de declaração oficial da autoridade judiciária competente, relacionando os distribuidores que, na Comarca de sua sede, tenham atribuição para expedir certidões negativas de falências e recuperação judicial, ou de execução patrimonial.
- 33.3** Na Comarca da Capital as certidões são expedidas pelos 1º, 2º, 3º e 4º Ofícios do Registro de Distribuição.
- 33.4** Não será causa de inabilitação do licitante a anotação de distribuição de processo de recuperação judicial ou de pedido de homologação de recuperação extrajudicial, caso seja comprovado, no momento da entrega da documentação exigida no presente item, que o plano de recuperação já foi aprovado ou homologado pelo Juízo competente.
- 33.5** Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis dos dois últimos exercícios social, desde que já exigíveis e apresentados na forma da lei, incluindo Termo de Abertura e Encerramento do livro contábil, que comprovem a boa situação financeira da empresa. Quando encerrados há mais de três meses da data da apresentação da proposta, admitir-se-á atualização de valores, por índices oficiais, sendo vedada a substituição das demonstrações financeiras por balancetes ou balanços provisórios.
- 33.6** Serão considerados aceitos os balanços patrimoniais e contábeis, assim apresentados:
- 33.6.1 - Sociedades regidas pela Lei nº. 6.404/76 (Sociedade Anônima):**
- a) Publicados no Diário Oficial; ou
 - b) Publicados em jornal de grande circulação; ou
 - c) Por cópia ou fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial ou em Órgão equivalente da sede ou domicílio da licitante.
- 33.6.2 - Sociedades por cota de responsabilidade limitada (LTDA):**
- a) Por fotocópia das páginas do livro Diário onde o balanço e as demonstrações contábeis foram levantados, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante, ou em outro órgão equivalente, ou
 - b) Por fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial ou em Órgão equivalente da sede ou domicílio da

licitante.

33.6.3 - Sociedades sujeitas ao regime estabelecido na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 - Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte:

- a) Por fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial ou em Órgão equivalente da sede ou domicílio da licitante, ou
- b) Por fotocópia do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da Licitante ou em outro órgão equivalente.

33.6.4 - Sociedade criada no exercício em curso:

- a) Fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial ou em Órgão equivalente da sede ou domicílio da licitante.

33.7 Os balanços patrimonial e as demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios social deverão estar assinados por Contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

33.8 A situação econômico-financeira das empresas licitantes será avaliada, dentre outros critérios, pelos Índices de Liquidez Geral (ILG) e Índice de Liquidez Corrente (ILC), através índices econômico-financeiros mínimos previstos a seguir:

- d) **Índice de Liquidez Geral:** somente serão qualificados os Licitantes que obtiverem Índice de Liquidez Geral (ILG) igual ou maior do que 01 (um), apurado nas demonstrações financeiras do último exercício financeiro, calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$ILG = \frac{ATIVO CIRCULANTE + REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}{PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO} \geq 1/$$

- e) **Índice de Liquidez Corrente:** somente serão qualificados os Licitantes que obtiverem Índice de Liquidez Corrente (ILC) igual ou maior do que 01 (um), apurado nas

demonstrações financeiras do último exercício financeiro, calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$ILC = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}} \geq 1/$$

- f) **Índice de Endividamento:** somente serão qualificados os Licitantes que obtiverem Índice de Endividamento (IE) igual ou menor que 1 (um), apurado nas demonstrações financeiras do último exercício financeiro, calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$IE = \frac{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PATRIMÔNIO LÍQUIDO}} \leq 1/$$

33.9 Comprovação de ser dotado de patrimônio líquido mínimo, igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado para a contratação, como estabelece o disposto no artigo 69, inciso II, § 4º da Lei nº 14.133/2021, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, na forma da lei e com registro na Junta Comercial ou no Registro Civil das Pessoas Jurídicas.

33.10 Especificamente com relação à adoção de análise da saúde financeira dos licitantes, deverá se adotar as disposições previstas no art. 69, da Lei nº 14.133/2021.

33.11 É condição precípua levar em consideração que a qualificação econômico-financeira visa apurar a disponibilidade de recursos econômico-financeiros para a satisfatória execução do objeto da contratação. Como a utilização dos índices propostos para o presente certame tem sido constantemente utilizada nas licitações da Administração Pública Estadual, logrando êxito na avaliação objetiva dos licitantes, para comprovação de que os licitantes têm condições da garantia da execução dos serviços nos termos desejados, defendemos a sua manutenção como critério de avaliação acrescido da exigência cumulativa de capital social mínimo igual ou superior a 10%, como disposto no artigo 69, inciso II, § 4º da Lei nº 14.133/2021

34. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

34.1 As exigências de qualificação técnica têm por objetivo verificar, por meio da análise da experiência prévia do licitante, se a empresa possui condições técnicas para executar de forma satisfatória o objeto licitado, evitando que a Administração Municipal contrate empresas desqualificadas.

34.2 Para comprovação da qualificação técnica, deverão ser apresentados os documentos abaixo, conforme Resolução PGE nº 4504, de 31 de janeiro de 2010 e o artigo 67 da Lei Federal nº 14.133/2021.

34.3 A comprovação abrangerá a Capacidade Técnico-Operacional e a Capacidade Técnico-Profissional, conforme detalhado a seguir:

34.3.1 – Capacidade Técnico-Operacional

A Capacidade Técnico-Operacional refere-se à comprovação em que a empresa possui experiência anterior na execução de serviços ou obras semelhantes ao objeto desta licitação, que contemple a Execução de serviços de tapa-buraco com utilização de caminhão específico para o serviço, demonstrando que dispõe de estrutura, equipamentos, métodos e organização adequados para a execução contratual, conforme subitens a seguir.

34.3.1.1 A exigência de experiência na execução de serviços de tapa-buraco com utilização de caminhão específico em razão da necessidade operacional do Município, considerando a elevada demanda por manutenção viária, a necessidade de atendimento rápido e a padronização dos serviços executados, garantindo maior eficiência e segurança nas intervenções urbanas.

34.3.1.2 A comprovação da Capacidade Técnico-Operacional será feita mediante a apresentação de Certidão de Acervo Técnico e/ou a Certidão de Acervo Operacional, acompanhadas do Atestado de Capacidade Técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove aptidão pertinente e compatível, em características, quantidades e prazos, com o objeto da licitação, devidamente registradas pelo CREA ou CAU, conforme o caso, que comprovem as parcelas de maior relevância abaixo demonstradas no item 34.3.1.4;

34.3.1.2.1 Será admitida a apresentação de mais de um Atestado de Capacidade Técnica, sendo aceito o seu somatório, desde que reste demonstrada a execução concomitante e/ou sucessiva dos serviços.

34.3.1.3 Prova de possuir disponibilidade de instalações físicas adequadas, próprias ou locadas, dimensionadas segundo as necessidades técnicas e logísticas do contrato, de equipamentos, máquinas, ferramentas e instrumentos suficientes e disponíveis, ou passíveis de disponibilização imediata em condições adequadas de uso, e de pessoal técnico qualificado para a realização do objeto da contratação, apresentando relação explícita e declaração formal das disponibilidades exigidas.

34.3.1.4 A aptidão técnico-operacional deverá contemplar, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos previstos no Anexo I do Termo de Referência, referentes às parcelas de maior relevância, a saber:

Item	Código	Descrição	Und Medida	Qtde a comprovar
11	05.022.0015-A	CORTE MECANICO COM MAQUINA FRESADORA, EM CONCRETO ASFALTICO, E M AREAS COM INTERFERENCIA TIPO TRILHOS OU TAMPOES, COM ESPESSURA ATÉ 5CM, INCLUSIVE COLETA DO MATERIAL FRESADO EM CAMINHO BASCULANTE, EXCLUSIVE TRANSPORTE PARA FORA DO CANTEIRO DE OBRAS (VERE)	M2	220.404,50
23	08.015.0067-A	REVESTIMENTO DE CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE, IMPORTADO DE USINA, EXECUTADO EM UMA CAMADA, DE ACORDO COM AS INSTRUÇÕES/ESPECIFICAÇÕES DO CONTRATANTE, COMPREENDENDO PREPARO, ESPALHAMENTO E COMPACTAÇÃO MECÂNICOS E OS MATERIAIS, EXCLUSIVE TRANSPORTE	T	30.6803,31

34.3.1.5 Exigência técnica específica para este serviço, considerando a complexidade tecnológica:

34.3.1.6 Execução de serviços de tapa-buraco com utilização de caminhão específico para o serviço.

34.3.1.7 Certidão de Registro Pessoa Jurídica no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA e/ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU vigente na data do certame.

34.3.2 Para comprovação da qualificação técnica profissional, segundo o Artigo 67, deve-se

possuir:

34.3.2.1 A Capacidade Profissional diz respeito à comprovação de que a empresa dispõe, em seu quadro permanente, de profissional(is) legalmente habilitado(s) e detentor(es) de experiência técnica compatível com o objeto licitado.

34.3.2.2 Certidão de Registro do Profissional no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA e/ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, vigente na data do certame.

34.3.2.3 Comprovação de que a empresa possui em seu quadro permanente, profissional ou profissionais de nível superior detentores de Certidão de Acervo Técnico acompanhada do(s) Atestado(s) de Responsabilidade Técnica devidamente registrados e emitidos pelo CREA e/ou CAU. Tais documentos devem atestar que os profissionais possuem experiência na execução de serviços conforme as parcelas de maior relevância abaixo demonstradas.

11	05.022.0015-A	CORTE MECANICO COM MAQUINA FRESADORA, EM CONCRETO ASFALTICO, E M AREAS COM INTERFERENCIA TIPO TRILHOS OU TAMPOES, COM ESPESSURA ATÉ 5CM, INCLUSIVE COLETA DO MATERIAL FRESADO EM CAMINHO BASCULANTE, EXCLUSIVE TRANSPORTE PARA FORA DO CANTEIRO DE OBRAS (VERE)	M2	220.404,50
23	08.015.0067-A	REVESTIMENTO DE CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE, IMPORTADO DA USINA, EXECUTADO EM UMA CAMADA, DE ACORDO COM AS INSTRUÇÕES/ESPECIFICAÇÕES DO CONTRATANTE, COMPREENDENDO PREPARO, ESPALHAMENTO E COMPACTAÇÃO MECÂNICOS E OS MATERIAIS, EXCLUSIVE TRANSPORTE	T	30.680,31

34.3.2.4 A comprovação de que o(s) detentor(es) da(s) referida(s) Certidão(ões) Acervo Técnico é (são) vinculado(s) à Licitante, deverá ser feita através de cópia de sua(s) ficha(s) de registro de empregado, da(s) Certidão(ões) de Registro do CREA, do(s) contrato(s) particular(es) de prestação de serviços, do(s) contrato(s) de trabalho por prazo determinado, de declaração de compromisso de disponibilidade ou por meio de outros instrumentos que comprovem a existência de um vínculo jurídico entre a Licitante e o(s) profissional(is) qualificado(s), cuja duração seja, no mínimo, suficiente para a execução do objeto licitado.

34.3.2.5 Em se tratando de sócio da empresa, o contrato social da Licitante servirá de documento hábil à comprovação do vínculo.

34.3.2.6 No evento em que duas ou mais licitantes apresentem atestados do mesmo profissional como prova de qualificação técnica, ambos serão considerados inabilitados, exceto nos casos em que os atestados provenham de consórcios, nos quais as empresas tenham colaborado conjuntamente em outro processo licitatório. Neste contexto, o processo anterior deve estar concluído e os valores expressos nos atestados devem ser considerados proporcionalmente à participação de cada empresa. Em situações de proporções não definidas, as participações das empresas envolvidas no consórcio serão tratadas como iguais.

34.3.2.7 Declaração indicando o nome, CPF e nº do registro na entidade profissional competente do responsável técnico que acompanhará a execução dos serviços de que trata o objeto deste Pregão.

35. QUALIFICAÇÃO JURÍDICA, FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

35.1 JURÍDICA

- Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional.
- Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.
- Sociedade Limitada Unipessoal - SLU: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor inscrito no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório do administrador, sendo assim enquadrada a sociedade identificada como Empresas Individual de Responsabilidade Limitada – EIRELI, na forma do art. 41, da Lei nº 14.195, de 26 de agosto de 2021.
- Sociedade Empresária Estrangeira em funcionamento no País: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020 ou norma posterior que regule a matéria.
- Sociedade Simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do

local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores.

- Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

35.2. FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

- Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas.
- Regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social.
- Regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).
- Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição.
- Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
- Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual/distrital e/ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.
- Prova de regularidade com a Fazenda do Estado do Rio de Janeiro, mediante a apresentação de:
- Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda;
- Certidão Negativa de Débitos em Dívida Ativa, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, para fins de participação em licitação, expedida pela Procuradoria Geral do

Estado.

- Regularidade com a Fazenda Estadual e/ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre, com a apresentação, conforme o caso, de:
- Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, perante o Fisco estadual, pertinente ao Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, bem como de Certidão perante a Dívida Ativa estadual, podendo ser apresentada Certidão Conjunta em que constem ambas as informações;
- Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS.
- Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais e/ou municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- Na hipótese de cuidar-se de microempresa ou de empresa de pequeno porte, na forma do art. 42 da Lei Complementar nº 123/2016, a documentação somente será exigida para efeito de assinatura do contrato, caso se sagre vencedora no certame.
- Em sendo declarada vencedora do certame microempresa ou empresa de pequeno porte com débitos fiscais e trabalhistas, ficará assegurado, a partir de então, o prazo de 5 (cinco) dias úteis para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativas, na forma do art. 42, § 1º, da Lei Complementar nº 123/2016.
- O prazo acima poderá ser prorrogado por igual período, a critério exclusivo da Administração Pública.
- A não regularização da documentação no prazo estipulado implicará a decadência do direito à contratação, na forma do § 2º, do art. 42, da Lei Complementar nº 123/2016, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste Aviso.
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou Certidão Positiva de Débitos

Trabalhistas com efeito negativo.

- Declaração referente ao Artigo 63, Inciso IV, Lei 14133/2021, Regularidade na Contratação de Pessoas com Deficiência e Reabilitados da Previdência Social emitida pelo Ministério do Trabalho e Emprego;
- Declaração de Cumprimento de Cota de Aprendizagem - DCCA, conforme o art. 429 da Consolidação das Lei do Trabalho – CLT.
- Ficam liberadas de apresentar DCCA e documentos complementares as microempresas e empresas de pequeno porte.

36. DA GARANTIA CONTRATUAL:

36.1. A licitante vencedora deverá apresentar, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, contados da data de assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, com validade de três meses após o término de vigência regular do contrato, conforme previsto nos artigos 96, 97 e 98, da Lei nº 14.133/2021, com o objetivo de assegurar o cumprimento das obrigações, mediante a opção por uma, ou mais de uma, das seguintes modalidades:

- a) caução em dinheiro ou títulos da dívida pública;
- b) seguro-garantia;
- c) fiança bancária; ou
- d) título de capitalização.

36.2. A garantia prestada não poderá se vincular a outras contratações, salvo após sua liberação.

36.3. Caso o valor do contrato seja alterado, consoante art. 124 da Lei nº 14.133/2021, a garantia deverá ser complementada, no prazo de 5 (cinco) dias, para que seja mantido o percentual de 5% (cinco por cento) do valor do Contrato.

36.4. A não apresentação da garantia, ou atraso na entrega, será passível de aplicação das penalidades previstas na lei, bem como, seu desconto junto ao faturamento.

36.5. Nos casos em que valores de multa venham a ser descontados da garantia, seu valor original

será recomposto no prazo de 10 (dez) dias úteis, sob pena de rescisão administrativa do contrato.

36.6. Deverá constar na garantia, a ser prestada em qualquer modalidade prevista pelo §1º do artigo 96, da Lei nº 14.133/2021, uma Cláusula prevendo a cobertura para os seguintes eventos, dentre outros:

- a) Prejuízos advindos do não cumprimento do contrato.
- b) Multas punitivas aplicadas pela fiscalização à CONTRATADA;
- c) Prejuízos diretos causados à CONTRATANTE decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- d) Obrigações previdenciárias e trabalhistas não honradas pela CONTRATADA.

37. DA VISTORIA:

37.1. Não caberá vistoria antes do certame licitatório, considerando a natureza da pretensa contratação, portanto, não será necessário a apresentação de atestado de visita.

37.2. Caberá à CONTRATADA a realização de vistoria prévia após a expedição da Ordem de Início, pela CONTRATANTE, no local contemplado pelo serviço, permitindo uma análise prévia e posterior à entrega do serviço.

38. ALTERAÇÃO SUBJETIVA:

38.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original e sejam mantidas as demais cláusulas e condições da licitação, bem como, não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do fornecimento, quando for o caso.

39. DA SUBCONTRATAÇÃO:

- 39.1** Não será admitida a subcontratação de parcelas do objeto desta licitação, em qualquer hipótese.
- 39.2** A vedação justifica-se pelo fato de que o objeto demanda a execução integral por empresa única, a fim de garantir a uniformidade, a qualidade técnica e a adequada fiscalização dos serviços.
- 39.3** Ressalta-se que a execução direta pela CONTRATADA evita riscos de fragmentação contratual, atrasos na execução e dificuldades de controle da Administração quanto à responsabilidade técnica, assegurando maior eficiência e economicidade.
- 39.4** A proibição de subcontratação não compromete a competitividade do certame, considerando que a pesquisa de mercado demonstrou a existência de empresas aptas a executar, de forma isolada, todas as parcelas do objeto licitado.

40. DO CONSÓRCIO:

- 40.1** Será admitida a participação de empresas reunidas em consórcio na futura licitação, nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133/2021, como medida apta a ampliar a competitividade do certame e assegurar a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.
- 40.2** A permissão para participação de consórcios encontra amparo na legislação vigente e no entendimento consolidado dos Tribunais de Contas, segundo o qual a vedação à formação de consórcios deve ser devidamente motivada, sob pena de restrição indevida à competitividade, não se verificando, no caso concreto, óbice técnico ou operacional que justifique sua proibição.
- 40.3** Considerando a natureza do objeto, a diversidade de serviços envolvidos e a necessidade de adequada capacidade técnica e operacional, entende-se que a atuação consorciada pode contribuir para a execução eficiente do objeto, sem prejuízo ao interesse público, desde que observadas as condições legais aplicáveis.
- 40.4** As empresas consorciadas responderão solidariamente pelas obrigações decorrentes da licitação e da futura execução contratual, inclusive quanto às responsabilidades trabalhistas, previdenciárias, fiscais e contratuais, nos termos do art. 15, §2º, da Lei nº 14.133/2021.

- 40.5**O instrumento convocatório (Edital) estabelecerá, de forma expressa, clara e objetiva, todas as condições, limites e exigências para a participação de consórcios, incluindo, no mínimo, a forma de comprovação da constituição do consórcio, a indicação de empresa líder, a definição das responsabilidades das consorciadas, os critérios de habilitação técnica e econômico-financeira e demais requisitos necessários à adequada execução do objeto.
- 40.6**A admissão de consórcios, nos termos ora justificados, não compromete a eficiência, a segurança jurídica ou a gestão contratual, permanecendo assegurados os princípios da legalidade, isonomia, competitividade, eficiência e interesse público.

41. COOPERATIVA:

- 41.1**Considerando a necessidade de indicação de preposto durante a execução dos serviços, bem como a exigência de subordinação técnica, habitualidade e pessoalidade na execução das atividades operacionais, características inerentes aos serviços de manutenção de pavimentação asfáltica, não se mostra adequada a participação de sociedades cooperativas no presente certame, uma vez que o modelo de execução do objeto demanda vínculo organizacional direto entre a empresa contratada e a equipe de campo responsável pela execução dos serviços.

42. PROCEDIMENTOS DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATO:

- 42.1**A fiscalização do Contrato decorrente deste Instrumento caberá aos servidores do CONTRATANTE, formalmente designados, que determinarão o que for necessário para regularização de faltas ou defeitos, nos termos do artigo 117 da Lei nº 14.133 de 2021, ficando o titular do referido Ente como corresponsável.
- 42.2**A execução do contrato será acompanhada pelo Gestor, e, fiscalizada por Comissão de Fiscalização a ser designada, pelo titular da Pasta, nos termos do Art. 7º da Lei 14.133/2021, que determinará o que for necessário para o fiel cumprimento das obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA, bem como diligenciar a regularização de falhas.
- 42.3**Por Fiscalização entende-se o conjunto de atividades exercidas, de modo sistemático, pelo CONTRATANTE e seus prepostos, objetivando a verificação do cumprimento das disposições contratuais, técnicas e administrativas, em todos os seus aspectos. Deverão os Fiscais do

Contrato, acompanhar, controlar e fiscalizar a execução do objeto, anotando em registros próprios todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas e defeitos observados.

42.4 À empresa vencedora do certame será apresentado o Plano de Gestão com critérios e orientações referente à execução do contrato, material elaborado pela CONTRATANTE de forma a orientar a fiscalização na execução dos serviços contratados.

42.5 A CONTRATADA deverá facilitar, por todos os meios ao seu alcance, a ampla ação da Fiscalização, permitindo o acesso aos serviços em execução, bem como atendendo prontamente às solicitações que lhe forem efetuadas.

42.6 A CONTRATADA deverá sujeitar-se à fiscalização do CONTRATANTE quanto ao acompanhamento do cumprimento das obrigações pactuadas, prestando-lhe todos os esclarecimentos solicitados, atendendo às reclamações consideradas procedentes e acatando as exigências quanto à execução dos serviços, horários, qualidade e providenciar a imediata correção de deficiências constatadas quanto à execução dos serviços CONTRATADOS.

42.7 A CONTRATANTE manterá, desde o início dos serviços, a seu critério exclusivo, uma Comissão de Fiscalização e ou servidor formalmente designado para acompanhamento e controle dos trabalhos.

42.8 Todos os atos e instruções emanados ou emitidos pela Fiscalização serão considerados como se fossem praticados pela CONTRATANTE.

42.9 A fiscalização mencionada neste item não isenta nem diminui a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive diante de terceiros, por qualquer irregularidade, mesmo que decorrente de falhas técnicas ou defeitos ocultos, sem que tal ocorrência implique em corresponsabilidade da Administração ou de seus representantes, conforme estabelecido pelo art. 120 da Lei nº 14.133/2021.

42.10 A Fiscalização tem autonomia para exercer, dentre outras, as seguintes atividades:

- a) Solucionar as dúvidas e questões pertinentes à prioridade ou sequência dos serviços, bem como às interferências e interfaces dos trabalhos da CONTRATADA com as atividades de outras empresas, profissionais e/ou pessoas.
- b) Exercer rigoroso controle sobre o cronograma de rotinas de execução dos serviços, aprovando os eventuais ajustes que ocorrerem durante o desenvolvimento dos trabalhos.

c) Aprovar partes, etapas ou a totalidade dos serviços executados, verificar e atestar as respectivas medições, bem como conferir, certificar e encaminhar para pagamento as faturas emitidas pela CONTRATADA.

42.11 A implementação e condução da fiscalização pelo CONTRATANTE não desobriga a CONTRATADA de realizar sua própria fiscalização, incumbindo-lhe conduzir uma análise minuciosa da execução dos serviços. Isso possibilitará que, oportunamente e de forma documentada, todas as discordâncias ou incertezas eventualmente identificadas sejam comunicadas à fiscalização, caso interfiram no adequado cumprimento do contrato, visando esclarecimentos necessários.

42.12 As decisões e ações que excederem a autoridade do representante da CONTRATANTE devem ser encaminhadas aos seus superiores dentro de um prazo suficiente para que sejam tomadas as medidas apropriadas.

42.13 Embora a CONTRATADA seja única e exclusivamente responsável pela execução de todos os serviços, a CONTRATANTE reserva-se o direito de, sem limitar essa responsabilidade, realizar uma fiscalização abrangente e completa dos serviços, tanto diretamente quanto por meio de representantes designados.

42.14 A CONTRATADA obriga-se a manter todas as condições nas quais o contrato foi assinado durante todo o seu período de execução.

42.15 A CONTRATADA deverá apresentar, junto com as medições de serviço, todos os documentos comprobatórios da regularidade fiscal quanto aos débitos trabalhistas, tributários, FGTS, INSS, Receita Federal, sendo obrigatório a contratação dos empregados através do regime da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho).

42.16 Serão adotadas as seguintes ações em caso de descumprimento das obrigações citadas acima:

- Retenção das notas fiscais ou faturas em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada;
- Retenção da garantia contratual prestada para cobertura dos casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária da CONTRATADA.

43. DO RECEBIMENTO:

- 43.1**O processo de recebimento do objeto será regido de acordo com a seguinte sequência, na forma prevista no art. 140 da Lei nº 14.133/21.
- 43.2**O Recebimento Provisório na conclusão do serviço, pelo fiscal do contrato designados pela autoridade administrativa competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do CONTRATADO, devendo atestar o cumprimento das exigências de caráter técnico.
- 43.3**O Recebimento Definitivo ficará a cargo de comissão designada pela autoridade competente, mediante parecer circunstanciado da Comissão, assinado pelas partes, em prazo não superior a 90 (noventa) dias, consignando a adequação do objeto aos termos contratuais, observado o disposto no Art. 119 da Lei nº 14.133/2021.
- 43.4**O recebimento definitivo pela Administração não eximirá o CONTRATADO, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, da responsabilidade objetiva pela solidez e pela segurança dos materiais e dos serviços executados e pela funcionalidade da recuperação, e em caso de vício, defeito ou incorreção identificados, o CONTRATADO ficará responsável pela reparação, pela correção ou pela substituição necessárias.

44. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

- 44.1.** A elaboração da proposta deverá consignar obrigatoriamente e expressamente o detalhamento de todos os elementos que formarão o preço final do serviço proposto, conforme os quantitativos e as especificações deste instrumento.
- 44.2.** Antes de apresentar a proposta, a empresa deverá realizar todos os levantamentos essenciais, de modo a não incorrer em omissões que jamais poderão ser alegadas ao fornecimento em favor de eventuais pretensões de acréscimos de preços, alteração de data de entrada ou alteração de qualidade.
- 44.3.** A CONTRATADA, quando da formação dos preços, deverá observar as quantidades e especificações necessárias à perfeita execução dos serviços em atendimento ao presente Termo de Referência, não podendo, em caso de inobservância, ser alvo de justificativa para posterior acréscimo ou reajuste, além dos casos previstos na legislação em vigor.

- 44.4.** A proposta deverá englobar todos os custos relativos aos serviços, tributos, tarifas, emolumentos, insumos, fiscal e previdenciária, com detalhamento de todos os elementos que possam influenciar no custo, tais como o valor para a remuneração da mão de obra utilizada no serviço, benefícios, seguros, taxas de administração e lucro, Impostos, sua exigibilidade e seus percentuais, insumos etc.
- 44.5.** Os casos eventualmente omissos e as dúvidas que surgirem durante a execução deverão ser resolvidos entre as partes, por meio de procedimentos administrativos.
- 44.6.** Nenhuma modificação poderá ser feita na prestação dos serviços e nas especificações sem autorização expressa da FISCALIZAÇÃO.
- 44.7.** Todas as questões, reclamações trabalhistas, demandas judiciais, ações por perdas ou danos e indenizações oriundas de erros, danos ou quaisquer prejuízos causados pelo CONTRATADA serão de sua inteira responsabilidade, não cabendo, em nenhuma hipótese, responsabilidade solidária por parte do CONTRATANTE.
- 44.8.** A CONTRATADA deverá providenciar livro de ocorrência, dotado de páginas numeradas, onde serão registradas todas as atividades, ocorrências e demais fatos relevantes relativos aos serviços.
- 44.9.** A CONTRATADA deverá indicar um preposto, aceito pela FISCALIZAÇÃO, durante o período de vigência do contrato, para representá-la administrativamente sempre que for necessário, o qual deverá ser indicado mediante declaração em que deverá constar o nome completo, CPF, identidade, além dos dados relacionados à sua qualificação profissional.
- 44.9.1.** O preposto terá as seguintes responsabilidades:
- a) Coordenar e controlar a execução dos serviços contratados;
 - b) Encaminhar à unidade fiscalizadora todas as faturas dos serviços prestados;
 - c) Administrar todo e qualquer assunto relativo aos seus empregados;
 - d) Cuidar da disciplina; e
 - e) Estar em PERMANENTE contato com a FISCALIZAÇÃO.
- 44.10.** A fiscalização de que trata este Instrumento não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros por qualquer irregularidade ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da

CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133, de 2021.

- 44.11.** A Contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação.
- 44.12.** A CONTRATADA se obriga a cumprir fielmente o estipulado neste Instrumento fornecendo todo serviço solicitado de acordo com as necessidades da Prefeitura, mediante expedição de **ORDEM DE SERVIÇO** pela administração, devendo adotar todas as providências necessárias à manutenção do fornecimento.

45. DECLARAÇÃO DE RATIFICAÇÃO:

- 45.1.** Na forma estabelecida pelo Art. 14 da Lei nº 14.133/21, a área demandante devidamente representada pelo seu gestor responsável **DECLARA e RATIFICA** para todos os efeitos legais que o presente Termo de Referência foi elaborado com independência técnica, sem qualquer forma de participação, direta ou indireta, de pessoa ou empresas estranhas ao quadro de servidores da Prefeitura Municipal de Cabo Frio.
- 45.2.** Considera-se participação indireta, para fins do disposto no subitem anterior, a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista entre os autores do Termo de Referência, pessoa física ou jurídica, e o licitante ou responsável pelos serviços, fornecimentos e obras, incluindo-se os fornecimentos de bens e serviços a estes necessários.

Cabo Frio, 12 de fevereiro de 2026.

Elaborador Técnico

Ordenador de Despesas

Anexos